

“ A DEMOCRACIA NÃO DEPENDE APENAS DA FACILIDADE DE ACESSO AO VOTO ”

# Quando a opinião se faz passar por notícia

**A** credibilidade da comunicação social constitui um dos pilares fundamentais de qualquer democracia. O jornalismo existe para informar, contextualizar e permitir que o cidadão forme livremente a sua própria opinião. Quando essa missão é substituída por interpretações políticas apresentadas como factos, deixa de servir o público para passar a servir uma narrativa.

Foi essa a impressão deixada por uma publicação divulgada pela CNN Portugal no dia 19 de Julho de 2026, baseada num comentário de Mário Crespo, segundo o qual a Administração Trump estaria disposta a recorrer a “meios pouco convencionais” para “limitar o acesso ao voto”.

Trata-se de uma afirmação de forte impacto político, mas que não traduz, com rigor, aquilo que a Administração norte-americana tem efectivamente defendido. A forma como foi apresentada converte uma interpretação pessoal e ideologicamente marcada numa aparente notícia, transmitindo ao público uma visão incompleta e distorcida do verdadeiro objecto do debate.

Donald Trump nunca afirmou que pretendia retirar o direito de voto aos cidadãos americanos legalmente habilitados. A posição da sua Administração tem sido clara: reforçar a integridade eleitoral mediante a verificação da cidadania dos eleitores, a actualização dos cadernos eleitorais, a aplicação das leis existentes e a garantia de que apenas cidadãos dos Estados Unidos participem nas eleições federais.

Pode discutir-se se algumas das medidas propostas são constitucionalmente admissíveis. Pode discutir-se se determinadas competências pertencem ao Presidente, ao Congresso ou aos Estados. Alguns aspectos dessas iniciativas foram, aliás, objecto de contestação judicial, precisa-

mente porque o sistema constitucional americano prevê mecanismos de fiscalização entre os diferentes poderes.

É assim que funciona um Estado de Direito.

Contudo, uma discussão jurídica sobre competências não deve ser transformada numa acusação de que existe um plano destinado a impedir cidadãos americanos de votar.

Existe uma diferença evidente entre limitar o voto legítimo e assegurar que apenas votos legalmente válidos sejam contabilizados.

Confundir estes dois conceitos não contribui para esclarecer o debate público. Pelo contrário, distorce-o e conduz o leitor a uma conclusão que não decorre necessariamente dos factos apresentados.

A democracia não depende apenas da facilidade de acesso ao voto. Depende igualmente da confiança de que cada voto pertence efectivamente a um cidadão legalmente habilitado.

Sem essa confiança, qualquer resultado eleitoral fica inevitavelmente fragilizado.

Curiosamente, a sociedade aceita com naturalidade a apresentação de documentos de identificação para embarcar num avião, abrir uma conta bancária, celebrar uma escritura pública, conduzir um automóvel ou efectuar inúmeras diligências administrativas.

Todavia, quando se fala em mecanismos destinados a proteger a integridade de

uma eleição, surgem imediatamente acusações de alegada supressão do voto.

É uma contradição difícil de compreender.

Naturalmente, qualquer sistema eleitoral deve também proteger os cidadãos legalmente habilitados, evitando erros administrativos e assegurando mecanismos eficazes de correcção sempre que ocorram.

Segurança eleitoral e protecção dos direitos individuais não são objectivos incompatíveis.

São, precisamente, complementares.

O problema surge quando determinados comentários políticos são apresentados ao público de forma a sugerir que constituem uma descrição objectiva e incontroversa da realidade.

Mário Crespo tem, naturalmente, o direito de interpretar e criticar as políticas da Administração Trump. O que não deveria acontecer é essa interpretação adquirir a aparência de um facto demonstrado, conduzindo muitos leitores a acreditar que o Presidente pretende retirar direitos eleitorais aos cidadãos americanos.

Não é essa a questão verdadeiramente em debate.

O verdadeiro debate consiste em determinar quais os mecanismos legalmente admissíveis para garantir eleições transparentes, credíveis e conformes à Constituição.

Numa democracia madura, opiniões diferentes são legítimas e desejáveis. O que não fortalece a democracia é substituir os factos por narrativas que reduzem uma discussão jurídica complexa a slogans politicamente apelativos.

O jornalismo sério não deve dizer ao leitor aquilo que deve pensar.

Deve apresentar-lhe todos os elementos necessários para que pense por si próprio.

Quando essa fronteira desaparece, a informação aproxima-se perigosamente do activismo político.

Donald Trump continuará

certamente a dividir opiniões, como sucede com qualquer líder político de grande relevância internacional. Porém, existe um princípio que deveria reunir democratas, republicanos e independentes.

Todos os cidadãos legalmente habilitados devem poder votar livremente.

E apenas os votos legalmente expressos devem determinar o resultado de uma eleição.

Não existe qualquer incompatibilidade entre estes dois princípios.

Pelo contrário.

Um protege o outro.

A democracia americana nunca foi construída sobre a ausência de regras. Foi construída sobre o respeito pela Constituição, pelo Estado de Direito e pela igualdade de todos perante a lei.

Questionar os limites jurí-

dicos das propostas da Administração Trump é perfeitamente legítimo.

Transformar esse debate numa narrativa segundo a qual o seu objectivo é simplesmente “limitar o acesso ao voto” não esclarece os cidadãos.

Apenas contribui para aumentar a polarização política e para desvalorizar uma discussão séria sobre a segurança e a credibilidade das eleições.

A Administração Trump defende que a integridade eleitoral exige regras claras, fiscalização adequada e respeito rigoroso pela lei. Pode discordar-se dos métodos, mas não é intelectualmente honesto apresentar essa posição como se correspondesse, por si só, a uma tentativa de privar cidadãos do direito de voto.

A democracia não teme

eleições seguras.

Teme, isso sim, que o debate público seja substituído por narrativas ideológicas apresentadas como notícias.

Porque, quando a opinião se faz passar por notícia, deixa de informar.

E, quando deixa de informar, deixa também de cumprir a mais nobre missão do jornalismo.

## César DePaço

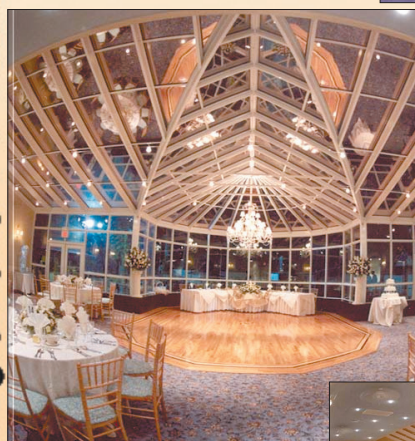
- Empresário e filantropo
- Cônsul ad honorem de Portugal entre 2014 e 2020
- Fundador e Director Executivo da Summit Nutritional International Inc.
- Fundador e Presidente do Conselho de Administração da Fundação DePaço
- Defensor incondicional das forças de segurança e dos princípios conservadores

## Costa del Sol

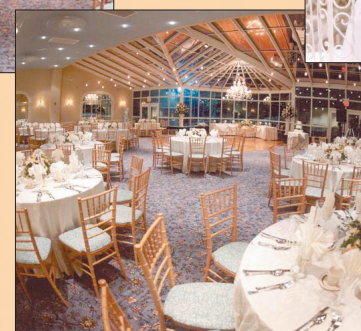
[www.costadelsolnj.com](http://www.costadelsolnj.com)

Onde a cerimónia do seu casamento é sempre como a sonhou.

Venha ao...  
Costa Del Sol.



Servimos o seu casamento ao seu gosto e a preço do seu alcance. Um jantar elaborado, serviço atencioso e ambiente agradável. O jardim e o pátio do Costa del Sol são o lugar ideal para as suas fotografias de casamento. Tudo por um preço acessível.



2443 Vauxhall Rd.  
Union, NJ 07083  
Reservas:  
(908) 686-4696

Temos capacidade para 300 pessoas!